

# DE GUERRAS, VAZIOS E TRAFICÂNCIAS: A MOBILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO JALAPÃO

Vinicius Burle Ferreira Araujo Cruz

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Leticia Parente-Ribeiro

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

## RESUMO

O artigo aborda a mobilização do território do Jalapão, desafiando a narrativa de um "vazio demográfico" e investigando o impacto da Segunda Guerra Mundial na região. Através da análise de mapas, relatos de viagens e dados oficiais, a pesquisa reexamina a descrição histórica da região, indagando os modos de "ver" e de "habitar" o território. Longe de ser um espaço vazio, o Jalapão foi moldado pela confluência de dinâmicas espaço-temporais, incluindo deslocamentos populacionais, rotas comerciais e transformações nas estruturas político-administrativas. Em meados do século XX, a Segunda Guerra Mundial atuou como mais um catalisador, intensificando a exploração de matérias-primas e as transformações territoriais. Sob essa perspectiva, o Jalapão representa um 'agoraqui', onde as dimensões global, nacional e local, passado e presente, se manifestam simultaneamente.

*Palavras-chave:* Expedições geográficas, sertões, Segunda Guerra Mundial, Jalapão.

## ABSTRACT

This article addresses the dynamics of territorial mobilization in the Jalapão region, challenging the narrative of a "demographic void" and investigating the impact of World War II. Through the examination of maps, travel accounts, and official data, the research reexamines the historical description of the region, analyzing "ways of seeing" and "ways of inhabiting" the territory. Far from being an empty space, Jalapão was shaped by the confluence of spatio-temporal dynamics, including population displacements, trade routes, and transformations in political-administrative structures. In the mid-20th century, World War II served as a further catalyst, intensifying the exploitation of raw materials and territorial transformations. From this perspective, Jalapão embodies a "NowHere", where the global, national, and local dimensions, past and present, manifest simultaneously.

*Key words:* Geographical expeditions, "Sertões", Second World War, Jalapão.

## *A expedição encontra o "estado de guerra"*

**O** ano de 1943 é emblemático em muitos sentidos. No Brasil, o regime varguista do Estado Novo começava a perder fôlego com os movimentos cada vez mais fortes de redemocratização. Em escala mundial, chegava ao auge o maior conflito bélico da história. Em 1942, após um período de hesitante neutralidade, o Brasil entra na guerra ao lado dos Estados Aliados. A participação do país no esforço de guerra se deu, inicialmente, mais no campo logístico do que propriamente militar. Mais especificamente, os acordos de Washington, firmados em 1942, abriram caminho para a

exploração de matérias-primas brasileiras consideradas estratégicas para o provimento das nações aliadas.

Simultaneamente, nos salões do Conselho Nacional de Geografia (CNG), uma nova empreitada direcionada ao conhecimento do território nacional estava sendo gestada. As expedições geográficas do CNG pelos rincões pouco conhecidos do território brasileiro tiveram início em 1941, mas a expedição de 1943 à “região do Jalapão”, área notável pela falta de um corpo sólido de estudos, foi o carro-chefe dessa primeira série de campanhas. O modelo e os métodos empregados nas expedições se devem, em grande medida, à influência de Francis Ruellan, geógrafo francês, especialista em geomorfologia. Ruellan chegou ao Brasil em 1940, como adido militar, e logo assumiu o posto de Professor de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, passando também a atuar como assistente técnico do CNG (DRESCH, 1977). É à indicação do mestre francês, aliás, que o jovem geógrafo Pedro Geiger atribui seu ingresso no IBGE e sua participação na expedição do Jalapão, aceita “a contragosto de quem já se encontrava há mais tempo no CNG” (GEIGER, 2014, § 5).

Descrever, a partir de instrumentos “de ponta” e critérios rigorosos, a região situada na **divisa** entre os estados da Bahia, Piauí e Goiás (na porção correspondente ao atual estado do Tocantins), constituía um subsídio fundamental para consolidar o modo de ver, “como um Estado”, o território e a população nacionais (SCOTT, 1998). Além disso, tratava-se de determinar, com precisão, os **divisores** das grandes bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba e Tocantins. Tal objetivo se afigurava estratégico para o desenvolvimento econômico das unidades subnacionais e, sobretudo, para as trocas e a circulação, tendo em vista o predomínio, ainda nesse período, do transporte fluvial intrarregional (GEIGER, 2014, § 290).

Assim, em 11 de maio de 1943, do povoado de Boqueirão (Bahia), na confluência dos rios Grande e Preto, partem os expedicionários para “a zona [que] devia ser quase desabitada, inóspita, sem transportes e sem comunicações” (PEREIRA, 1943, p. 574). Os limites da região eram imprecisos. Conforme indicado por Agenor Augusto de Miranda, em seu “Estudo pelo Brasil interior” (1934):

[A zona do Jalapão] [l]imita-se, ao norte, pelas escarpas da Serra da Mangabeira, donde nascem o Parnaíba, o Uruçuí-Preto e o Gurgués [Gurguéia]; ao sul está a grande Serra do Duro, em Goiás; a leste correm as águas do Sapão, principal afluente do rio Preto; e, finalmente, a oeste acham-se o Galhão, o Formoso e o rio Novo, formadores principais do rio do Sono, que corre para o Tocantins. É o maciço central de onde partem águas para o norte, para leste e para oeste do País, e que alimentam o Parnaíba, o São Francisco e o Tocantins (MIRANDA, 1934, p. 3).

A ciência geográfica brasileira reconhecia, na época, uma diferenciação interna à região, estabelecida a partir de critérios geomorfológicos:

São planos os **dois Jalapões**: o **de cima**, numa rampa insensível até a Pedra da Baliza, e daí até o começo do Tombador, tendo ao nordeste a chapada da Mangabeira, ao sul e sudeste a lagoa do Veredão; ao centro a serra do Meio separando o rio Preto do Novo e formando a cachoeira da Velha. [...] O Jalapão **de baixo** é cortado, ao centro, pelo rio do Sono e limitado ao sul e oeste pelo vale do Balsas” (CNG, 1943, p. 60, grifos nossos).

Eram objetivos da expedição: levantar coordenadas geográficas, registrar dados topográficos e descrever os aspectos geomorfológicos e antropogeográficos regionais. Dela,

como se sabe, conhecemos os relatórios de Gilvandro Simas Pereira, chefe da expedição, e de Pedro Pinchas Geiger, então auxiliar da 4a seção do CNG, além das apresentações realizadas em 1943 e 1944 nas tertúlias semanais do CNG e publicadas no boletim do órgão.

A justaposição, na imprensa da época, das notícias da guerra e dos achados da expedição (Figura 1), parece apresentar acontecimentos concomitantes sem ligação aparente, embora pertencentes ao mesmo quadro de preocupações nacionais.

**JALAPÃO -- A SHANGRI-LÁ BRASILEIRA**

**Desfazendo uma lenda — Não é a “Terra da promessa” que tantos sonhavam — Uma expedição do Conselho Nacional de Geografia revela ao Brasil aquela região do centro do país — Curiosidades que a reportagem colheu numa entrevista com o engenheiro Gilvano Simas Pereira**

Um mundo diferente, onde a fartura, o bem estar, a alegria e a fraternidade substituísem o ódio, a inveja, a tristeza e a luta pela vida. Quem não terá, nas suas horas de meditação, sonhado com um mundo assim?

Era esse, pelo menos, o sonho do padre Perrault, descrito pela pena magistral de James Hilton, em “Horizonte perdido”, a Shangri-lá que a cinematografia ainda há pouco consagrou.

Nem mesmo aos grandes homens essa concepção de um mundo ideal passou despercebida. O próprio presidente Roosevelt, ao lhe perguntarem de onde haviam partido os aviadores norte-americanos que bombardearam Tóquio, respondeu no seu incomparável

**Chegou a Londres e partiu com destino desconhecido.**

LONDRES, 11 (A. P.) — Chegou a esta capital Sir Noel Charles, embaixador britânico no Brasil, partindo hoje mesmo para destino desconhecido, esperando-se o seu regresso no dia 16 de março próximo.

O engenheiro Gilvandro Simas Pereira quando falava sobre a expedição ao Jalapão

bom humor: “de Shangri-lá!”

Pois bem, no Brasil existe uma região, encravada em pleno coração do oeste e que a lenda apontava, até bem pouco tempo, como a “terra da promessa”. Situada numa zona praticamente inexplorada, distante e quase isolada do mundo civilizado, essa faixa do nosso território era, por assim dizer, uma interrogação.

(CONTINUA NA 5ª PAGINA)

**Mussolini foi queixar-se a Hitler...**

BERNA, 11 (A. P.) — A “Tribune de lausanne” anunciou que Mussolini foi para a Alemanha afim de se queixar a Hitler sobre o tratamento dos nazistas às tropas fascistas, na Itália.

O referido jornal citou viajantes recém-chegados da Itália como tendo revelado que Mussolini ameaçou retirar o seu programa político caso não lhe seja dada uma satisfação.

**Matemática japonesa...**

SÃO FRANCISCO, 11 (U. P.) — O locutor da Emissora de Tóquio, em sua emissão de ontem à noite, veiculou uma informação um tanto hiperbólica acerca da última incursão aliada sobre Buin. Disse que durante a noite passada, três bombardeiros norte-americanos e cinco caças tentaram atacar da ilha de Bougainville, porém “nossos caças — acrescentou — derrubaram dez deles”.

A Pedra da Balsa, marco natural, próximo ao divisor dos rios São Francisco e Tocantins

**CONTINUA**

Figura 1 – “Jalapão – a Shangri-lá brasileira”. Fonte: A Noite, 12 de março de 1944, p. 5 (Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional)

Ainda que o jornal não procure estabelecer uma relação direta entre os eventos reportados, a leitura dos relatórios da expedição nos permite vislumbrar os enlaces da guerra nessa “zona praticamente inexplorada, distante e quase isolada do mundo civilizado, essa faixa do nosso território [que] era, por assim dizer, uma interrogação” (A Noite, 12 de março de 1944, p.5). Menções diretas ao conflito mundial, embora esparsas, são registradas mesmo antes do início “oficial” da expedição. Na sessão introdutória ao relatório, que descreve os aspectos da organização da empreitada, Gilvandro Simas Pereira aponta o “estado de guerra” como responsável por dificultar os preparativos para a viagem:

Até uma pequena lista, contendo o número de volumes, peças de roupas e objetos necessários, foi distribuída para o pessoal técnico e auxiliar, variando para cada categoria.

Uma grande parte deste material foi adquirida no Rio de Janeiro, pois, de antemão, e em vista dos prejuízos causados pela **dificuldade de transportes devido ao estado de guerra em que nos encontramos**, não seria possível encontrar-se em Salvador, ponto escolhido para concentração e partida da expedição (PEREIRA, 1943, p. 575, grifo nosso).

Em maio de 1943, no povoado do Boqueirão, o chefe da expedição anota em seu relatório:

Existe aí uma estação telegráfica, uma pequena capela e oito a dez casas. **No momento, com a suspensão da navegação do rio Preto, Boqueirão está tendo um grande movimento**, pois para aí são trazidas todas as mercadorias exportáveis dos municípios de Rio Preto, Corrente, Parnaguá, estes do Estado do Piauí, e da zona do Jalapão, hoje pertencente à Goiás, que iríamos estudar, bem como os artigos de importação destas mesmas regiões, além do movimento de passageiros. A **linha de Barreiras**, já muito sobrecarregada, está sendo o escoadouro de toda esta vasta área” (PEREIRA, 1943, p. 579, grifos nossos).

Já mais avançada a expedição, o relatório de Pedro Geiger registra, em meio à descrição dos aspectos geoeconômicos da região, um outro efeito da guerra na circulação de mercadorias, na escala local:

Na região de Formosa há umas veredas que produzem muito arroz e há certa exportação para Barra. **Com a guerra ficou proibido o comércio intermunicipal de gêneros alimentícios**<sup>1</sup> e os gêneros que descem de Formosa ficam em Rio Preto<sup>2</sup>, sendo aí carregados mais couros e malva. Muitas balsas são de negociantes de Rio Preto (GEIGER, 2014, § 168, grifo nosso).

Nota-se ainda um interesse dos expedicionários em descrever duas dinâmicas contemporâneas que mobilizavam o território e a população regionais: a exploração do látex da mangabeira e o garimpo do cristal de rocha. Ambas remetem, mais uma vez, à participação do país no chamado “esforço de guerra”. Por um lado, tratava-se de suprir a demanda de borracha por parte da indústria militar e, por outro, de atender à necessidade de matéria-prima para a produção de osciladores radiofônicos, utilizados em telecomunicações, cuja importância foi decisiva nos fronts de batalha da Segunda Guerra. Até mesmo um possível “esvaziamento demográfico” observado na região do Jalapão e arredores é por vezes associado, no relatório de Pedro Geiger, aos deslocamentos populacionais desencadeados pela atividade do garimpo de cristal. Por exemplo, na seção dedicada à descrição da “geografia humana” da zona do Jalapão, o geógrafo sugere:

Assim, nunca houve muita gente no Jalapão, e, hoje, **menos que uns tempos antes**. Foi a diminuição de relações entre a Bahia e Goiás devido à falta de progresso, e, talvez, a decadência de Pedro Afonso [a causa do despovoamento]; **o cristal do Pium, que atraiu alguns sertanejos**, e, a saída de outros que foram para outras terras, desiludidos com a pobreza do Jalapão, [acentuaram] a decadência” (GEIGER, 2014, § 94, grifos nossos).

---

<sup>1</sup> Durante esse período o abastecimento de gêneros alimentícios na Bahia foi severamente impactado ao ponto de serem implementadas estratégias como o racionamento e o controle comercial, propostas pela Coordenação de Mobilização Econômica varguista (MERON, 2016). Esse cenário foi devido ao aumento dos preços das mercadorias que chegavam a partir das rotas navais, em virtude do risco de torpedeamento dos navios que traziam carregamentos por cabotagem, que ainda constituía a principal forma de abastecimento do estado (MERON, 2016).

<sup>2</sup> À época da expedição, Formosa (atual município de Formosa do Rio preto) era um distrito do município de Rio Preto (hoje, Santa Rita de Cássia), no oeste da Bahia.

## Sobre mapas e seus “vazios”<sup>3</sup>

Na época de expedição, a região do Jalapão já contava com uma malha municipal bem consolidada. Do lado baiano, os municípios de Barra, Santa Rita de Cássia (então, Rio Preto) e Barreiras. Na porção goiana, Porto Nacional, Natividade e Dianópolis. No sul do Piauí, Parnaguá, Corrente e Gilbués. As sedes municipais estavam localizadas fora dos limites da zona do Jalapão propriamente dita, cujo território era formado, em 1943, por distritos e núcleos distritais (vilas) dos municípios supracitados. Mais tarde emancipados, esses distritos constituem hoje os municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins e Formosa do Rio Preto (Figura 2). Outros distritos como Lizarda ou Novo Acordo só apareceriam tempos depois da expedição.



Figura 2 – Esquema da formação político-administrativa da região do Jalapão. Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados de IBGE Cidades@

O desenho da malha político-administrativa no início da década de 1940 parece indicar o intento dos governos das unidades da federação de estender, a partir dos centros de hierarquia superior, o controle estatal aos confins de seus territórios. Cumpre lembrar, como o faz o “Atlas das representações literárias das regiões brasileiras” (IBGE, 2016), que, durante as primeiras décadas do século XX, os sertões do norte goiano e, sobretudo, as áreas situados nas zonas limítrofes com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia, ainda eram fortemente marcados pela “violência

<sup>3</sup> Referência à famosa frase de Brian Harley (1988, p. 71): “There is no such thing as an empty space on a map” (“Não há espaços vazios nos mapas”), e às reflexões do autor sobre os mapas como parte do dispositivo do colonialismo cultural europeu.

institucionalizada”, pelas disputas entre grupos familiares de mandatários locais e pelo banditismo, dinâmicas associadas ao sistema político sintetizado no par “coronel-jagunço” (IBGE, 2016: 171-172).

Ora, se nos propomos a discutir aqui, entre outros aspectos, a hipótese de esvaziamento demográfico da zona do Jalapão indicada por Pedro Geiger, é necessário analisar os dados dos distritos indicados no esquema acima, relativos à primeira metade do século XX, e estimar se houve, de fato, um declínio populacional na região. Antes, contudo, cumpre-nos examinar algumas fontes da cartografia histórica e, na sequência, os relatos de (outros) “viajantes” que percorreram a região no período imediatamente anterior à expedição. Em ambos os casos, mapas e relatos nos fornecem observações situadas (do ponto de vista socioprofissional, histórico e geográfico) para melhor compreensão do fenômeno.

Uma das mais notáveis fontes cartográficas do século XVIII de interesse para a região, o “mapa dos julgados” (Carta ou plano geográfico da Capitania de Goiás) (Figura 3), comissionado pelo governador da capitania e levantado pelo Sargento-mor Tomás de Souza em 1778, constitui um marco da cartografia à serviço da política indigenista na América portuguesa oitocentista. Na tríplice fronteira entre as capitanias de Goiás, Bahia e Pará (atual Piauí), está indicada a localização de uma “habitação dos índios”. Já nas margens fronteiriças das capitanias do Pará e da Bahia, confinantes aos julgados de Natividade e Arraias, o cartógrafo assinala os “países onde habitaram”, respectivamente, os “gentios” Xakriabá e Akroá, os quais, de acordo com as inscrições no mapa, teriam sido reduzidos “à civilização” nos anos de 1775 e 1774.<sup>4</sup>

O exame da referida carta sugere ainda que a zona oriental entre o rio Tocantins e a “cordilheira que divide a capitania”, cortada pelo rio do Sono e inteiramente inserida na jurisdição do julgado de Natividade, encontrava-se vazia. Margeando o vazio no mapa, encontra-se assinalado um arco de povoações que se sucedem ao longo dos tributários da margem direita do Rio Tocantins e do rio Manoel Alves, até alcançar o registro de Duro:<sup>5</sup> Carmo, Chapada, (arraial de) Natividade e Almas. Correspondem essas povoações aos “descobertos” auríferos situados no limite norte da área de mineração em terras do Goiás, no século XVIII, e à fronteira meridional da (atual) região do Jalapão.

O mapa elaborado por Juciene Apolinário (2005, p. 32), representando a localização das aldeias e os deslocamentos do povo indígena Akroá entre os séculos XVII e XVIII, constitui uma janela privilegiada para compreendermos o “esvaziamento” desta zona do norte goiano. Deslocados do sul do Piauí, no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, em virtude de

constantes enfrentamentos com fazendeiros, [os Akroá] passam a excursionar o sertão do norte goiano com mais frequência, especialmente as ribeiras dos rios afluentes do Tocantins [rio Manoel Alves, rio Palma e rio Paranã]. Daí pioram os conflitos, pois os não-indígenas já tinham se apossado das chamadas terras minerais, em nome da coroa portuguesa” (APOLINÁRIO, 2005, p. 77).

---

<sup>4</sup>Na documentação consultada na pesquisa de tese de APOLINÁRIO (2005, p. 16) foram localizados, no século XVIII, os seguintes povos indígenas na região do norte goiano (atual Tocantins): Akroá, Xakriabá, Xavante, Xerente, Karajá, Apinayé e Avá-Canoeiro, todos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, com exceção do último, pertencente ao tronco Tupi.

<sup>5</sup>Localizado onde hoje está instalada a cidade de Dianópolis, no Tocantins.





Após a instalação da capitania de Goiás, em 1749, a Coroa Portuguesa estimulou a criação de aldeamentos com o fito de “reduzir”<sup>6</sup> os indígenas que ocupavam os “sertões do Eldorado”. Já no início da década de 1750, na região próxima ao arraial de Natividade, é estabelecida a missão jesuítica de São Francisco Xavier, formada pelos aldeamentos do Duro e Formiga, para alocação dos indígenas Akroá e Xakriabá (APOLINÁRIO, 2005, p. 98). Correspondem esses aldeamentos à localização da “habitação dos índios” registrada no “mapados Julgados”. A região da missão tornar-se ia, tão logo, palco de sucessivas sublevações dos indígenas aí “alocados”, muitos dos quais, resistindo às “guerras aos bárbaros” e aos termos dos “acordos de paz”, empreenderam novos deslocamentos para o sul do Piauí.

Ao longo da segunda metade do século XVIII e do século XIX, os Akroá foram progressivamente dizimados nos sertões das capitanias de Goiás e Piauí e/ou “[presenciaram] um processo de miscigenação com a sociedade circundante portuguesa, negros e outros grupos indígenas” (APOLINÁRIO, 2005, p. 75). Durante essa longa trajetória de “conflitos, guerras, “paz”, sublevações e acomodações” (APOLINÁRIO, 2005, p. 33), a atual região do Jalapão constituiu, para os Akroá, uma zona de trânsito e refúgio, sendo, portanto, detentora de marcas materiais e simbólicas desse processo de etnocídio / “esvaziamento”.

No período imperial, a jurisdição da comarca de Porto Imperial<sup>7</sup> abarcavatoda a porção norte da província de Goiás. Na “Carta topográfica e administrativa da província de Goyaz” (Figura 4), compilada pelo visconde J. de Villiers de L'lle Adam e publicada em 1849, é possível observar a consolidação do povoamento ao longo do “grão caminho” que conectava a capital da comarca às vilas e povoações de Carmo, Passa três, Formiga, Natividade, São Miguel e Almas, Duro e Santa Maria, alcançando as povoações de Dourados e Lustosa, ambas já na Bahia. Ao norte da cidade de Porto Imperial, o mapa registra a missão de Pedro Afonso, na confluência do rio Tocantins com o rio do Sono, principal via de acesso à região do Jalapão. Nessa região, entretanto, o compilador não distingue qualquer povoação, apenas o traçado (em grande medida conjectural) dos principais rios e seus sugestivos topônimos: do Sono, da Palma, da Onça, das Balsas, das Correntes, dos Cocais. Muitos bichos, águas e plantas para poucas gentes que ao visconde interessasse assinalar.<sup>8</sup>

Já estamos no início do século XX e, na “Carta do estado de Goyaz” (1902), organizada pelo agrimensor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, a zona que aqui nos interessa ainda era descrita como “região desconhecida e infestada pelos índios” (Figura 5). Contudo, como que preenchendo timidamente o vazio dos mapas dos séculos XVIII e XIX, figura, na cabeceira do rio do Sono, divisa de Goiás com os estados da Bahia e do Piauí, uma povoação denominada **Jalapão**. Se a leitura das convenções do mapa está correta, trata-se de um arraial do município de Porto Nacional. Cumpre notar que, além do isolado povoado, o mapa de 1902 associa a ocupação da atual zona

---

<sup>6</sup> As missões jesuíticas, aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos padres jesuítas na América, também eram chamadas de reduções.

<sup>7</sup> A cidade de Porto Imperial, capital da comarca, havia sido fundada, em 1810, como arraial de Porto Real. Trata-se da atual cidade de Porto Nacional, no Tocantins.

<sup>8</sup> Configuração territorial semelhante é apresentada na “Carta da província de Goyaz”, organizada em 1874, por ordem do ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pelo capitão d’engenheiros Joaquim Rodrigues de M. Jardim, “conforme as melhores cartas existentes e observações próprias”. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=23617](http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=23617)



do Jalapão à presença de indígenas que, de acordo com o “mapa dos julgados”, teriam sido aldeados e “reduzidos à civilização” nas missões instaladas pela Coroa Portuguesa no século XVIII.

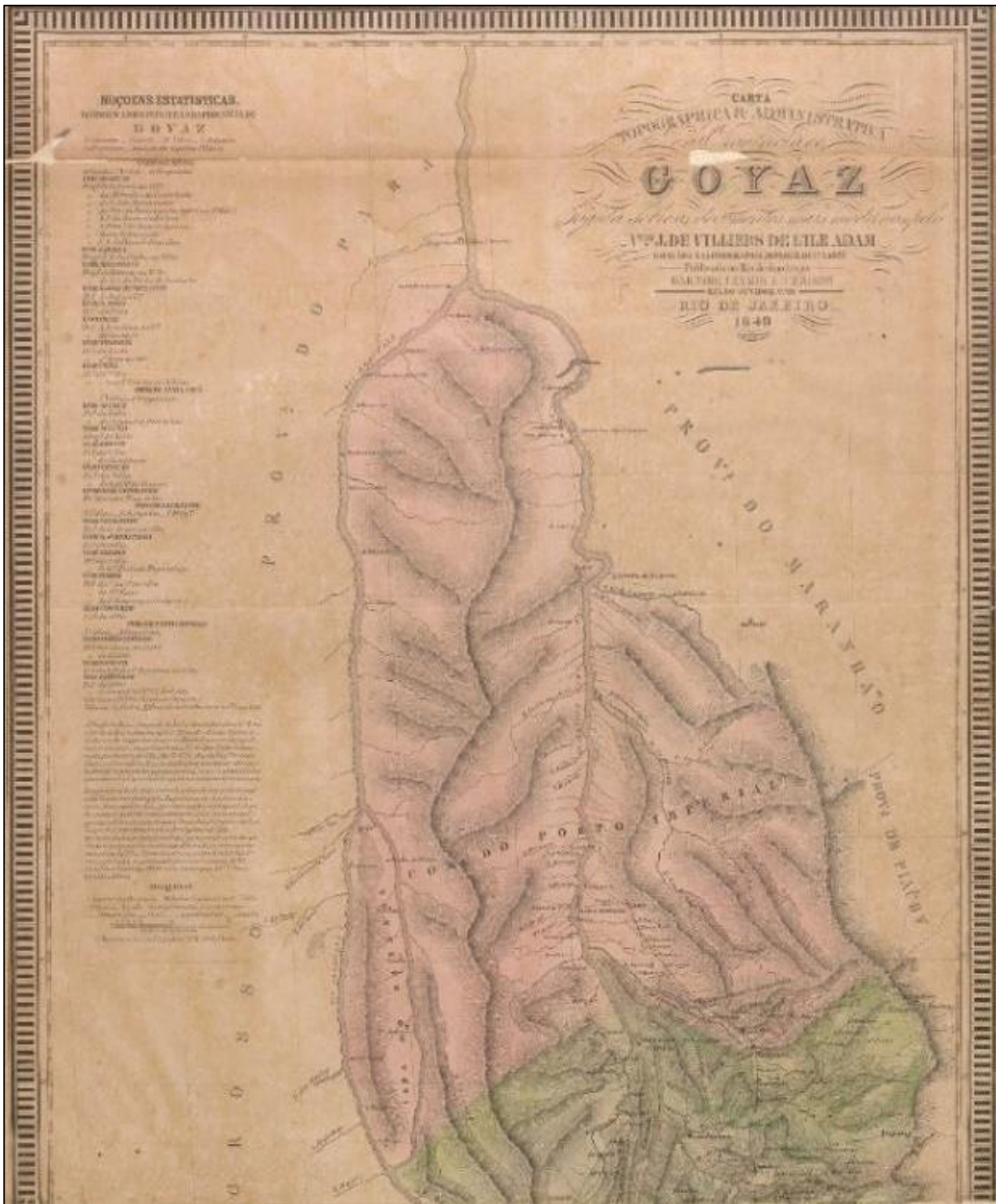


Figura 4 – Extrato da Carta topográfica e administrativa da província de Goyaz, 1849. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=33119](http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33119) (Acesso em 21/02/2025)

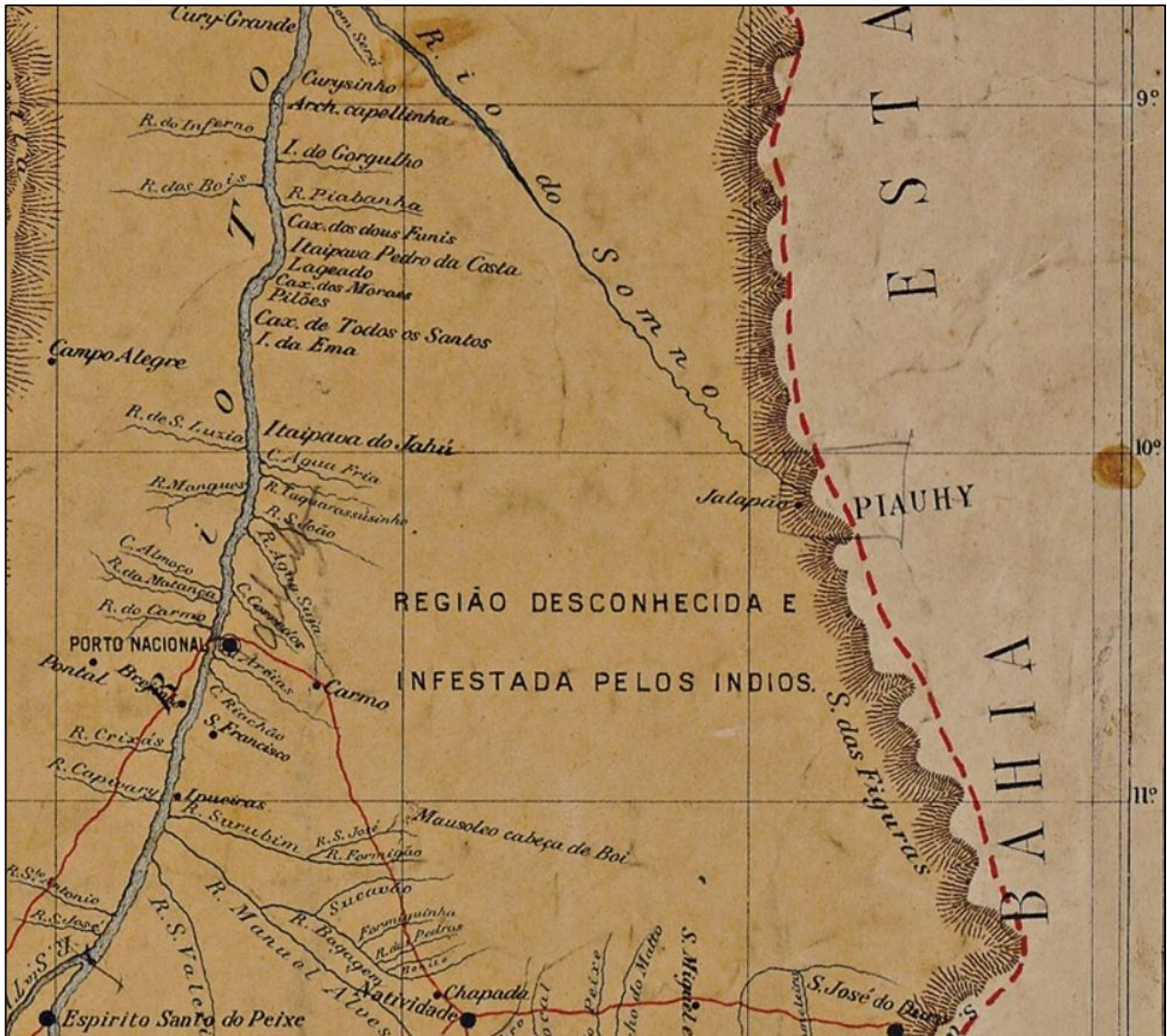


Figura 5 – Extrato da “Carta do Estado de Goyaz”, 1902. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Francisco Bhering. BR\_RJANRIO\_F4\_0\_MAP\_0024\_0001.

### Os “sertões do Eldorado” na “rota dos baianos”

A figura 6 apresenta, para o quadro regional aqui considerado, a distribuição das cidades e vilas e a população total dos distritos em 1920, de acordo com os dados do recenseamento geral do país.<sup>9</sup> A localidade de Jalapão, indicada no mapa de 1902, constituía, na época, a única sede de distrito entre Porto Nacional e Formosa, na Bahia.<sup>10</sup> No distrito de Jalapão foram contabilizados 5.166 habitantes, infelizmente não diferenciados de acordo com a situação do domicílio, ou seja,

<sup>9</sup> As cidades e vilas que figuram na tabela e nos mapas elaborados para esse artigo são indicadas com sua denominação atual.

<sup>10</sup> Considerando sua localização no mapa de 1902, a vila de Jalapão está inserida no atual distrito de Mateiros. É, portanto, com essa denominação e para fins de comparação com os dados dos recenseamentos posteriores, que ela figura nos mapas elaborados para este artigo.



entre população urbana e rural. Considerando apenas os distritos situados no atual estado do Tocantins, Jalapão constituía, em 1920, a subunidade mais populosa da região, atrás apenas de Porto Nacional (Tabela 1). Contudo, é necessário considerar sua extensa área e, possivelmente, a baixa densidade populacional rural.

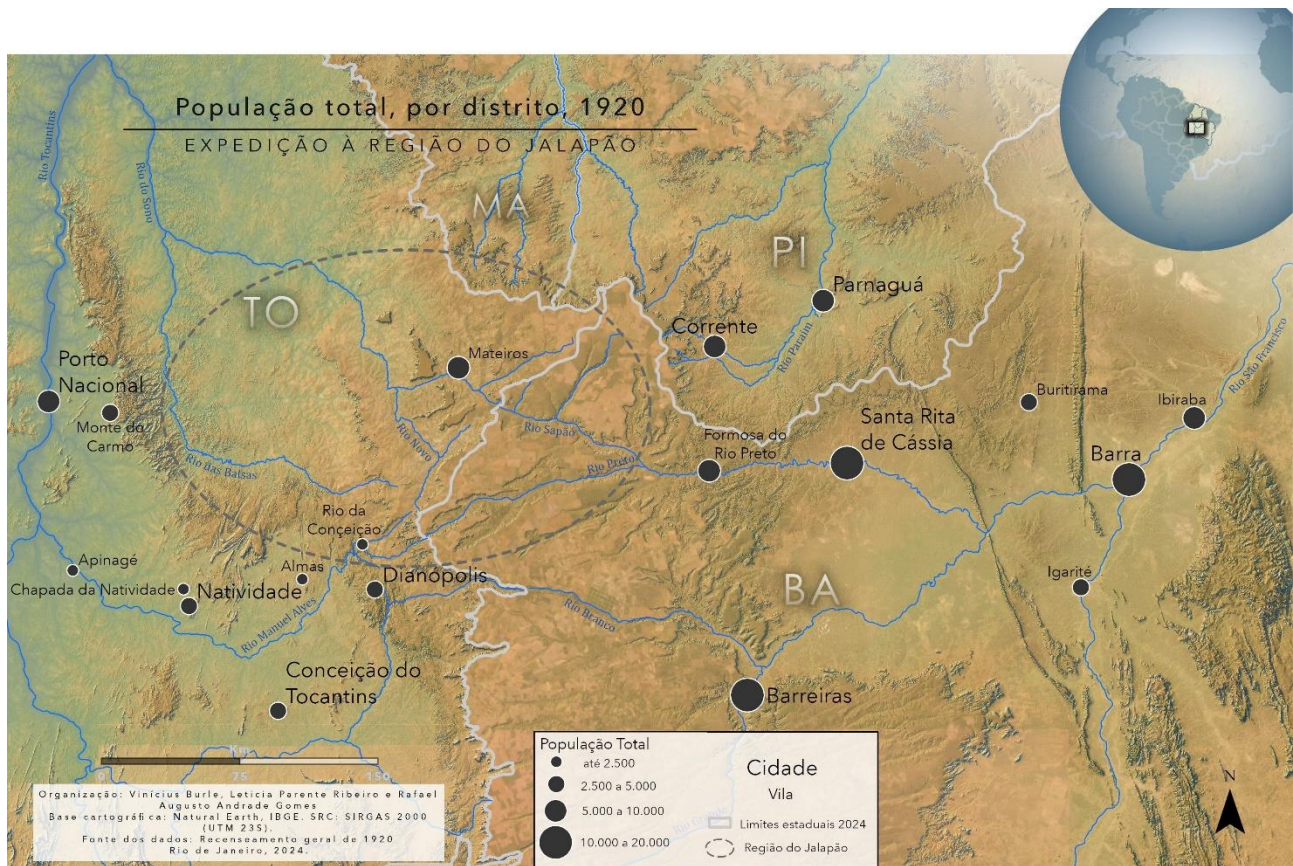


Figura 6 – População total, por distrito (região do Jalapão, 1920). Fonte dos dados: Recenseamento Geral de 1920. Organizado pelos autores.

Os relatos de “viajantes” podem nos ajudar a compreender os fatores responsáveis pelos padrões de povoamento da região nas primeiras décadas do século XX, para além dos efeitos gerados pelos deslocamentos e pelo extermínio de grupos indígenas ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Ao percorrer o vale do rio Tocantins entre maio e setembro de 1935, desde a sua foz, nas proximidades da cidade de Belém, às cabeceiras, no Planalto Central, o médico sanitário Júlio Paternostro<sup>11</sup> assinala as seguintes mudanças na circulação regional:

O tráfego fluvial foi e é muito mais intenso no Baixo-Tocantins do que no Médio e Alto, **onde vem diminuindo progressivamente neste princípio de século**. A razão deste

<sup>11</sup> Entre 1934 e 1938, Júlio Novaes Paternostro (1906-1950) trabalhou no Serviço de Febre Amarela (cooperação da Divisão Internacional de Saúde Pública da Fundação Rockefeller com o Governo Brasileiro), quando teve “oportunidade, como quase todos os seus médicos, de viajar pelo litoral e interior do Brasil” (PATERNOSTRO, 1945: 15).

decréscimo explica-se não só pela existência dos obstáculos à navegação como pelo povoamento do Sudeste maranhense e Oeste baiano que **deslocaram a rota comercial e transformaram em tropeiros os barqueiros do Alto e Médio Tocantins, os quais desciam para Belém do Pará e hoje tangem tropas para o Maranhão e Bahia** (PATERNOSTRO, 1945: 57, grifos nossos).

Nome Atual	UF	1920	1940		1950			
		Total	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>Barra</b>	BA	<b>12.371</b>	<b>9.817</b>	<b>4.065</b>	<b>5.752</b>	<b>12.320</b>	<b>5.580</b>	<b>6.740</b>
Ibiraba	BA	6.209	5.621	506	5.115	6.522	575	5.947
Igarité	BA	3.731	5.196	245	4.951	1.893	356	1.537
Buritirama	BA	3.817	4.754	321	4.433	7.680	347	7.333
Muquém do São Francisco	BA	-	-	-	-	3.366	456	2.910
<b>Barreiras</b>	BA	<b>15.669</b>	<b>12.388</b>	<b>4.174</b>	<b>8.214</b>	<b>12.973</b>	<b>5.802</b>	<b>7.171</b>
<b>Santa Rita de Cássia</b>	BA	<b>10.627</b>	<b>6.961</b>	<b>1.456</b>	<b>5.505</b>	<b>8.233</b>	<b>1.702</b>	<b>6.531</b>
Formosa do Rio Preto	BA	6.786	6.670	1.085	5.585	7.173	1.130	6.043
Mansidão	BA	-	-	-	-	4.584	538	4.045
<b>Corrente</b>	PI	<b>8.006</b>	<b>8.006</b>	<b>1.080</b>	<b>6.926</b>	<b>9.018</b>	<b>1.386</b>	<b>7.632</b>
<b>Gilbués</b>	PI	-	<b>8.798</b>	<b>431</b>	<b>8.367</b>	<b>15.553</b>	<b>399</b>	<b>15.154</b>
<b>Parnaguá</b>	PI	<b>6.544</b>	<b>8.480</b>	<b>315</b>	<b>8.165</b>	<b>11.821</b>	<b>348</b>	<b>11.473</b>
<b>Porto Nacional</b>	TO	<b>6.347</b>	<b>5.226</b>	<b>1.441</b>	<b>3.785</b>	<b>6.995</b>	<b>2.889</b>	<b>4.106</b>
Brejinho de Nazaré	TO	-	7.208	204	7.004	9.565	435	9.130
Cristalândia	TO	-	-	-	-	8.879	1.508	7.371
Mateiros	TO	5.166	950	0	950	1.738	118	1.620
Monte do Carmo	TO	2.607	2.092	227	1.865	4.123	465	3.658
Pium	TO	-	-	-	-	3.823	902	2.921
Ponte Alta do Tocantins	TO	-	4.592	237	4.335	7.108	304	6.804
São Felix do Tocantins	TO	-	726	119	607	-	-	-
<b>Natividade</b>	TO	<b>3.207</b>	<b>5.278</b>	<b>804</b>	<b>4.474</b>	<b>5.907</b>	<b>800</b>	<b>5.107</b>
Almas	TO	1.865	3.471	500	2.971	3.909	199	3.710
Apinagé	TO	1.539	1.924	44	1.880	1.824	20	1.804
Chapada da Natividade	TO	1.736	-	-	-	-	-	-
<b>Dianópolis</b>	TO	<b>3.101</b>	<b>4.658</b>	<b>544</b>	<b>4.114</b>	<b>4.888</b>	<b>804</b>	<b>4.084</b>
Conceição do Tocantins	TO	<b>3.129</b>	<b>1.678</b>	251	1.427	1.525	292	1.233
Rio da Conceição	TO	1.420	-	-	-	-	-	-
Taipas do Tocantins	TO	-	-	-	-	771	220	551

Tabela 1 – População, por distrito (região do Jalapão, 1920; 1940; 1950)<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Entre os recenseamentos de 1920 e 1950 observa-se uma importante reorganização da malha distrital na porção goiana do Jalapão. Em 1920, as áreas territoriais dos atuais municípios de Mateiros e São Felix do Tocantins estavam ambas inseridas no distrito de Jalapão. Em 1940, existiam apenas os distritos de São Félix e Pedra de Amolar (cuja sede estava situada próxima a atual cidade de Mateiros). Em 1950, existia apenas o distrito de Prata (cuja sede estava situada próxima a São Félix do Tocantins).



Nessa geografia das “novas rotas comerciais para o Maranhão e Bahia” destacavam-se os núcleos urbanos de Pedro Afonso<sup>13</sup> e Porto Nacional. Em Pedro Afonso, situada na confluência do rio do Sono com o Tocantins, Paternostro observa “os comerciantes do povoado receberem os “[couros] esticados” dos vaqueiros e retribuírem em sal e tecidos” e, ouve dizer que “de tempos em tempos, vêm viajantes do Maranhão e transportam os esticados nos batelões e balsas, deixando aos comerciantes algum dinheiro e novos estoques de sal e fazendas” (PATERNOSTRO, 1945: 190).

É também nesse ponto, do percurso e do relato, que o viajante apresenta ao leitor a zona do interior do país onde nascem os formadores do rio do Sono e para onde “convergem os limites de quatro Estados: Maranhão, Piauí, Goiás e Bahia”. Tratava-se então, segundo o autor do relato, de uma “área ubérrima e desabitada” (PATERNOSTRO, 1945, p. 197), onde:

a legitimação de posses de terra ainda é precária. Praticamente, aquele território ainda é de domínio público, como na época que se seguiu ao descobrimento. Pode-se considerar como exceção a propriedade particular de legitimação comprovada. [...] Diz-se que a terra é de fulano ou beltrano, quando se observam as ancas do gado marcadas a ferro. [...] **Constitui essa extensa faixa o Jalapão, terras de domínio público em que se cria o gado** (PATERNOSTRO, 1945, p. 207, grifos nossos).

Para essa zona também eram projetados, desde o Segundo Império, os anseios de ligação entre as grandes bacias hidrográficas do Brasil central (PATERNOSTRO, 1945, p. 200). O projeto de construção de linhas férreas conectando as hidrovias do Parnaíba, Tocantins e São Francisco, comissionado pelo governo imperial em 1872, embora jamais realizado, ainda alimentava as aspirações de muitos homens à serviço do governo nos anos 1930:

Pelo Manuel Alves Grande, um futuro canal estabelecerá a ligação fluvial do Tocantins com o Parnaíba e pelo rio do Sono, as águas do São Francisco misturar-se-ão amplamente com as do Tocantins. Nessa época, que o determinismo histórico antevê, **o sertão de quatro Estados se transformará numa área de grande produção para o Brasil** (PATERNOSTRO, 1945, p. 199, grifos nossos).

Estamos, portanto, diante do conhecido dispositivo geoestratégico do “sertão” (IBGE, 2006, p. 11-12): espaço reputado “vazio” – no caso, uma zona de terras devolutas esvaziadas de seus cerca de cinco mil habitantes, de acordo com o censo de 1940 – e incorporado aos projetos de transação, expansão e ordenação do território de agentes estatais e privados.

Mais efetivas, contudo, são as transformações nas dinâmicas territoriais observadas pelo viajante em 1935, ao seguir, por terra, o trecho que ligava a cidade de Porto Nacional às povoações do antigo “grão caminho”. Nesse trecho, o percurso atravessa o povoado de Palma (atual cidade de Paranã), situado na confluência dos rios da Palma e Paranã. Na primeira metade do século XIX, Palma havia sido o centro mais populoso e movimentado do Alto Tocantins, o principal entreposto comercial entre as povoações das “fraldas da Serra Geral” e a cidade de Belém do Pará. A partir do início do século XX, contudo, o povoado testemunhara a decadência de seu porto fluvial e o declínio populacional, desde que “as mercadorias, em vez de virem do Norte por via fluvial, vêm de

---

<sup>13</sup> Arraial fundado em 1848, nas vizinhanças do aldeamento missionário de São João, criado para “reduzir” os grupos indígenas Xerente, Pedro Afonso foi elevado à vila em 1903. No início da década de 1910, durante o período da “febre da borracha” (da mangabeira) no Araguaia, a localidade se tornou um dos principais entrepostos comerciais da região, intermediando o intercâmbio entre a Bahia e a zona do baixo Araguaia. Foi elevado a município em 1937. (Fonte: IBGE Cidades@)

leste em tropas de muares. Os artigos do Pará desapareceram, e surgiram os da Bahia” (PATERNOSTRO, 1945, p. 251).

Considerando as mudanças observadas na região do norte goiano, Paternostro propõe o seguinte zoneamento do vale do Tocantins, segundo as áreas de influência dos centros urbanos:

1) **Belém do Pará**: Baixo-Tocantins até Boa Vista. Esta zona corresponde à área de produção extrativa vegetal; 2) **Grajaú e Balsas**, do Estado de Maranhão: Médio-Tocantins até Pedro Afonso. Corresponde à área pastoril; 3) **Barra e Barreiras**, do Estado da Bahia: Alto-Tocantins até Palma e povoações do planalto Central. Inicialmente, a cidade de Januária ocupava o lugar das duas cidades baianas, **para onde transitam os produtos da pecuária, peles de animais silvestres e o ouro de aluvião do Alto-Tocantins** (PATERNOSTRO, 1945, p. 270, grifos nossos).

Tal era a “captura” da região do Alto Tocantins à zona de influência do oeste baiano que “os goianos do Alto-Tocantins chamam de baianos a todos que vieram de fora. Quem é ativo e ambicioso é baiano, não tem por onde (*sic*). Na verdade, o baiano da zona de Barreiras, que atravessa a Serra Geral, não dorme de dia como o goiano” (PATERNOSTRO, 1945, p. 272). Em ciclos de dez anos, sugere o autor do relato, os “baianos”, chegados à região “como molambos”, se instalam em terras devolutas, ou passam a morar nas terras de um proprietário. Logo fazem uma “pequena roça” e trabalham como vaqueiros. “Em seguida passam para o comércio. Vão e voltam a Barreiras, trazem mercadorias, levam [couros] ‘esticados’”. Paternostro acrescenta ainda: “muitos deles, conforme ouvi de mais de um baiano, têm um ‘ideal’ mais avançado: arranjar dinheiro com suas traficâncias e seguir para São Paulo. A Meca, a Canaã desejada daquela gente ativa é São Paulo”. E arremata, reproduzindo os seguintes dizeres da terra: “baiano que chega de alpercata puída, quando a gente dá fé está montado” (PATERNOSTRO, 1945, p. 272-273).

O cotejo da figura 7, que apresenta a população distrital total em 1940, com as observações do médico sanitário e as informações compiladas na tabela 1, nos permite avançar algumas observações acerca da evolução do povoamento na região ao longo primeiras décadas do século XX.

Do lado piauiense, o desmembramento do Gilbués do município de Corrente, em 1933, onde foram contabilizados 8.798 habitantes em 1940, parece sugerir algum dinamismo recente na região do interflúvio dos rios Uruçuí-Preto e Gurguéia. A reduzida população dos núcleos urbanos (7% da população total dos três municípios, Parnaguá, Corrente e Gilbués) indica que tal dinamismo advinha, sobretudo, das atividades agropastoris, cujas mercadorias eram escoadas, por estradas precárias, até a divisa com a Bahia e daí pelos rios Preto, Grande e São Francisco. Já o desenho da malha administrativa, formada exclusivamente por municípios uni-distritais, atesta o controle exercido sobre o território sul-piauiense pelas elites políticas locais que, como indica Agenor Miranda (1934: 11-14), eram constituídas por poucas famílias de grandes proprietários rurais em constantes “lutas fratricidas”.

Na porção baiana, os distritos de Barra, Barreiras e Santa Rita apresentaram, todos, um declínio populacional significativo em relação ao recenseamento de 1920, em torno de 20 a 25%.<sup>14</sup> No caso de Santa Rita, esse declínio pode estar relacionado à disputa de limites entre os estados da Bahia e Goiás que, como indica o relatório de Pedro Geiger, produziu efeitos nas formas de “contar” as populações que aí habitavam.

---

<sup>14</sup> Para uma visão geral da evolução demográfica da região, por distrito, entre 1920 e 1950, ver tabela 1.

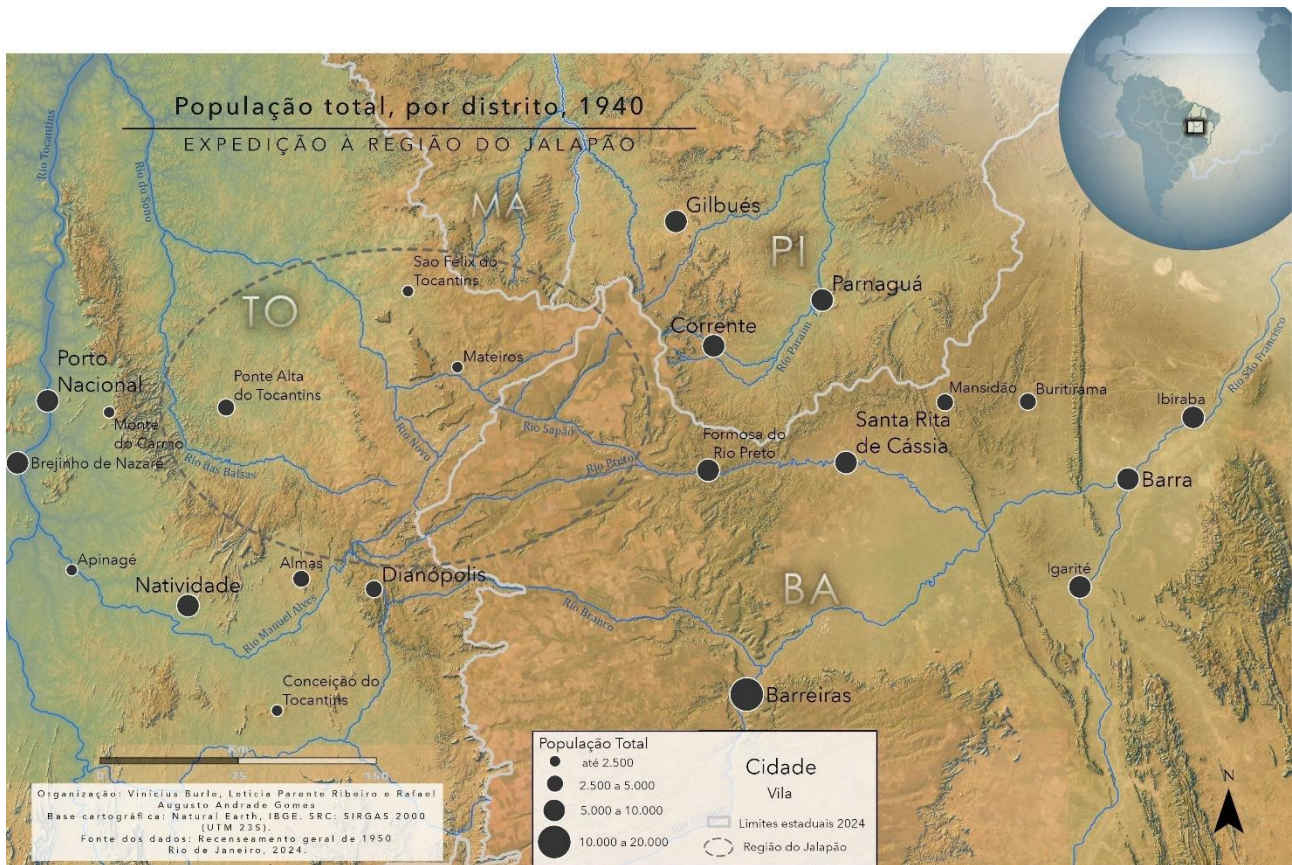


Figura 7 – População total, por distrito (região do Jalapão, 1940). Fonte dos dados: IBGE – Recenseamento geral de 1940. Organizado pelos autores.

É um lugar de povoação relativamente recente e já em despovoação. **Só as crianças são goianas; a maioria dos adultos é baiana que aí nasceu antes da passagem do Jalapão para Goiás** ou veio de outros lugares, cearenses e piauienses, fugidos pela seca e pobreza. Quase todos são mestiços: mulatos, caboclos, cafuzos e, estes, de sangue índio, são os que descendem de gente do lugar e das proximidades. Negros não se vê quase, nem há índios (GEIGER, 2014, § 93, grifos nossos).

Contudo, a despeito dos efeitos dessa “recontagem” da população, era na porção baiana que se encontravam os principais núcleos urbanos, as sedes dos municípios de Barreiras (4.174 habitantes), Barra (4.065) e Santa Rita (1.456), o que atesta sua centralidade nos intercâmbios comerciais intra e inter-regionais.

Já na porção goiana, interessa-nos, sobretudo, observar a reorganização da malha distrital do município de Porto Nacional entre os recenseamentos de 1920 e 1940. Além do distrito de Brejinho do Nazaré, situado ao sul da sede municipal e às margens do rio Tocantins, foram criados os distritos de Ponte Alta e São Felix. Esses dois últimos, somados ao distrito Pedra de Amolar (que incluía a área do antigo distrito de Jalapão e está inserido no atual município de Mateiros) passaram a compor, em 1940, a área territorial da zona do Jalapão. A sede do distrito de Ponte Alta, situada às margens do rio de mesmo nome e tributário do rio das Balsas – limite ocidental e meridional da sub-região do Jalapão de baixo –, correspondia a uma povoação do tipo “boca de sertão”, “localizada no contato entre áreas já povoadas e áreas em processo de ocupação” (CORREA, 2004: 321).

Já a sede distrital de São Felix, localizada nas circunvizinhanças das cabeceiras do Paranaíba, constituía uma conexão entre o rio do Sono a região sul-maranhense, estando inserida, portanto, na “rota do Maranhão” indicada por Júlio Paternostro (1945).

Destaca-se que a população urbana dos três distritos jalapenses, somada, não alcançava 500 habitantes. A população rural habitava, em sua grande maioria, no distrito de Ponte Alta (4.593 habitantes), enquanto Mateiros e São Félix contavam, cada um, com menos de 1.000 habitantes nesta situação. Baixíssima era, portanto, a densidade populacional da sub-região do Jalapão de cima.

Considerando os dados oficiais, esse quadro do povoamento da região é o mais próximo daquele encontrado pelos expedicionários em 1943.

### *Interlúdio: no Jalapão de cima, no ano de 1943*

Julho de 1943. Depois de mais de um mês de viagem, seguindo o vale do Rio Preto, os expedicionários chegam à localidade de São Marcelo, na Bahia, limite oriental da zona do Jalapão. Em contraste com a “algazarra” dos “comércios” de Barra, Rio Preto e Formosa (GEIGER, 2014: § 181), no Jalapão (*de cima*), tal como o percorreu e descreveu o jovem geógrafo Pedro Geiger, tudo era (quase) deserto, passagem e pobreza.

Dignas de nota, as poucas casas, diligentemente contadas pela equipe – “10, em Pedra de Amolar, 6 na margem da estrada formando uma rua e 4 espalhadas por perto” (GEIGER, 2014: § 96), separadas por distâncias sem gentes – “em Goiás, quando descemos pelo [rio] Manoel Alves não encontramos ninguém até 2 léguas da cidade do Duro” (§ 86), e as formas do habitar intermitente da transumância<sup>15</sup> ou dos tropeiros – “no brejo Fechado, [vimos] ranchos que servem de pouso quando vaqueiros fazem passar gado” (§ 86).

De quando em vez, Geiger registra o aspecto das tropas que passam, fazendo o Leste-Oeste – “Quem ficar em Pedra de Amolar um dia, talvez, veja uma tropa passar pela localidade. Se vier do E., jumentos, burros, deve ser de um comerciante da Bahia ou Piauí” (§ 97), ou o sentido contrário – “As boiadas que de Goiás vão até a zona da mata, além do São Francisco, também passam por aí” (§ 91).

Jalapão que é também refúgio, de homens e bois, que chegam, singrando brejos, picadas e veredas, saídos “de outros lugares para terras sem dono, fugitivos das secas ou das justiças” (GEIGER, 2014: § 67). E para o qual voltam, “um sertanejo ou outro, malvestidos, de alpercatas (“salga-bunda”, como dizem, porque joga areia) com um saco nas costas, [...] arrependidos” (§ 87).

---

<sup>15</sup> A dinâmica regional da transumância, ou seja, o deslocamento sazonal do gado das áreas de “caatinga” para os “gerais”, é apresentado no volume 3 do Atlas das representações literárias das regiões brasileiras (IBGE, 2016), na seção relativa ao Jalapão, a partir de citações extraídas do relatório de Pedro Geiger da expedição de 1943. O fenômeno era atribuído não apenas às “características naturais [dos ‘gerais’] de refrigério nos tempos de seca”, dada a maior disponibilidade de água nos brejos, mas à presença de “vasta extensão de terras de domínio público” (IBGE, 2016: 167). Na tertúlia promovida pelo CNG em 4 de janeiro de 1944, Francis Ruellan demonstrou especial interesse pelos hábitos da transumância, quando foram descritos por Pedro Geiger (IBGE, 1944).



O acontecer da Segunda Guerra acrescentaria às dinâmicas da transumância, do trânsito e do refúgio, novas “rotas de fuga”, descritas, nos relatórios da expedição, como “febres” e “marchas”.

### *A (nova) “febre” da borracha e a “marcha” do cristal*

Como vimos, parte do interesse estratégico pela região do Jalapão esteve ligado, no período de guerra, aos mangabais que forneciam uma alternativa às borrachas de seringueiras. Em outra frente, a extração do cristal de rocha mobilizou populações para os garimpos do Vale do Araguaia e do Alto Tocantins. O esforço de guerra fomentou a exportação dessas duas commodities, mas com efeitos distintos para a região.

A mangabeira era central na reprodução da vida dos geralistas da região. Em primeiro lugar, pelo seu fruto: a mangaba.

às vezes o geralista faz um passeio mais longo pelas chapadas e, enquanto o filho trata da roça, ele ficará 2, 3 semanas explorando as mangabeiras. Na casa do geralista, podemos encontrar amontoados num canto alguns couros de gado ou de caça, penas de ema e alguns quilos de mangaba (GEIGER, 2014, § 77).

Em sua descrição, Pedro Geiger constrói a figura do “mangabeiro”, um subtipo do “geralista” que “mora mais para dentro do Goiás na beira de algum rio, que se aprovisiona de alimentos e vêm até a chapada passar uns tempos procurando mangaba e caçando animais” (GEIGER, 2014: § 88).

Talvez mais interessante, sob uma perspectiva dos recursos nacionais e do esforço de guerra, é a exploração do látex da mangabeira, que produz um tipo de borracha alternativa àquela das seringueiras do norte do país. Ao apresentar o tipo “veredeiro” da região de Corrente e arredores (no Piauí), Geiger descreve:

Quando, nos cerrados próximos da vereda, há as mangabeiras, o veredeiro aproveita-as para a extração de borracha. Cada veredeiro traz seu bocadinho e vamos ver que na vida econômica da região tem grande importância a exportação da mangaba (GEIGER, 2014: § 134).

Sob outra perspectiva, Gilvandro Simas Pereira demonstra preocupação em relação à forma como ocorre a extração de látex nos gerais: “Aí [nos gerais] se encontram, esparsos, muitos pés de mangabeiras, cujo látex está sendo retirado avidamente, nesta febre de borracha, sem nenhum controle, causando uma criminoso devastação, pois as pequenas árvores, cortadas e recortadas, acabam por morrer” (PEREIRA, 1943, p. 587).

Segundo a apreensão de Gilvandro Pereira, estaria ocorrendo, durante a Guerra, uma “febre da borracha” na região. Essa observação é ratificada por um estudo técnico a respeito das propriedades do látex e da borracha de mangabeira publicado em 1948. Segundo os autores: “Antes da segunda guerra mundial não havia praticamente produção comercial de borracha de mangabeira, embora ela tivesse algum mercado antes do aparecimento da borracha de plantação, e por ocasião de preços muito altos da borracha crua” (BEKKEDAHL e SAFFIOTTI, 1948, p. 6). Com o aumento da demanda internacional durante o conflito mundial, buscava-se obter qualquer tipo de borracha natural disponível, quase sem preocupação com qualidade ou custo (BEKKEDAHL e SAFFIOTTI, 1948). Essa ampliação da demanda, por parte dos Estados Aliados, se deveu à ocupação japonesa da Malásia e das Índias Holandesas que, no período pré-guerra, concentravam grande parte da

extração de borracha natural (UNITED STATES TARIFF COMMISSION, 1950). Durante a guerra foram produzidas, no Brasil, cerca de 2.000 a 2.500 toneladas de borracha de mangabeira (HOLT, 1948).

Entretanto, devido à sua má reputação, especialmente no que diz respeito às qualidades de envelhecimento (BEKKEDAHL e SAFFIOTTI, 1948), a extração do látex da mangabeira entrou em decadência imediatamente após o fim da guerra. Relatórios do departamento de comércio internacional americano apontam para um abandono generalizado da borracha de mangabeira já em 1948 (HOLT, 1948). Na região do Jalapão, o aumento da atividade extrativa do látex de mangabeira esteve circunscrito ao tempo de participação do país no esforço de guerra e, neste sentido, representou, também, uma mobilização fugaz e com desdobramentos limitados para a economia regional.

Paralelamente, no norte do Goiás, o movimento econômico mais notável esteve associado à exploração do cristal de rocha, em especial, no vale do Araguaia. O aumento da demanda pelo minério durante a guerra decorreu de seu uso em osciladores de rádio, mais e especificamente em razão de suas propriedades piezoelétricas (ou seja, que geram eletricidade a partir de pressão mecânica), essenciais para o controle da frequência em radiotécnica (ABREU, 1945). Seu emprego foi, portanto, decisivo para os sistemas de comunicação nas diferentes frentes de batalha. O Brasil, que abrigava vastas zonas de ocorrência de quartzo, se converteu no maior fornecedor do mundo e, como consequência, essa se tornou a atividade mineral mais importante do país durante a guerra. Do total da exportação mineral do país em 1943, 32,3% foi representado pelo cristal da rocha, proveniente dos garimpos de Goiás, Minas Gerais e Bahia, principalmente (ABREU, 1945).

Ainda que não haja relatos da existência de garimpos relevantes no Jalapão, a extração do cristal desempenhou um papel importante na ativação de fluxos populacionais na região. Em seu relatório, Gilvandro Pereira, o chefe da expedição, emprega um vocabulário militar para qualificar a mobilização do território associada à extração do minério, reforçando, assim, a narrativa do aproveitamento estratégico dos sertões do país:

Já vai para mais de dois séculos que esta zona é habitada e explorada, encontrando-se agora os moradores dos 'gerais' goianos em **franca retirada** para o leste, depois de uma **marcha** última, mais para o ocidente, em busca do cristal de rocha descoberto na zona do rio Pinus, entre o Tocantins e o Araguaia, vinte léguas para além de Porto Nacional [...] Os garimpos do Pinus provocaram uma debandada geral em todas as redondezas, num raio de quase 500 quilômetros e **grandes tropas**, carregadas de todos os produtos possíveis, chefiadas por seus donos, os grandes comerciantes da região, para lá se dirigiram (PEREIRA, 1943: 603, grifos nossos).

Os principais garimpos de cristal do estado de Goiás estavam localizados entre os rios Araguaia e Tocantins. Os fluxos indicados por Pereira dirigiam-se para as localidades próximas a Pium, a oeste de Porto Nacional e, posteriormente, para localidades na Bahia, como Xique-Xique e Pilão Arcado. Segundo a estimativa de Abreu (1945), durante a guerra, o garimpo de cristal ocupava cerca de 10.000 pessoas em todo o país. Entretanto, o mesmo autor já alertava para o possível arrefecimento dos mercados, com a queda brusca dos preços do minério no imediato pós-guerra. Ainda que o mercado interno de radiofonia retomasse sua demanda nos "tempos de paz", ela não seria suficiente para sustentar o mesmo quantitativo de população mobilizado durante a guerra.

Os dados dos recenseamentos de 1940 e 1950, representados nos gráficos a seguir (figuras 8 e 9), refletem, ao seu modo, essas dinâmicas intrarregionais. Destaca-se o aumento significativo

no número de trabalhadores envolvidos em atividades extrativas em Porto Nacional.<sup>16</sup> Isso se deve à criação de dois distritos ao redor de garimpos de cristal, Pium e Chapada (posteriormente renomeado de Cristalândia), que atraíram a primeira marcha citada por Gilvandro Pereira, a oeste do rio Tocantins.

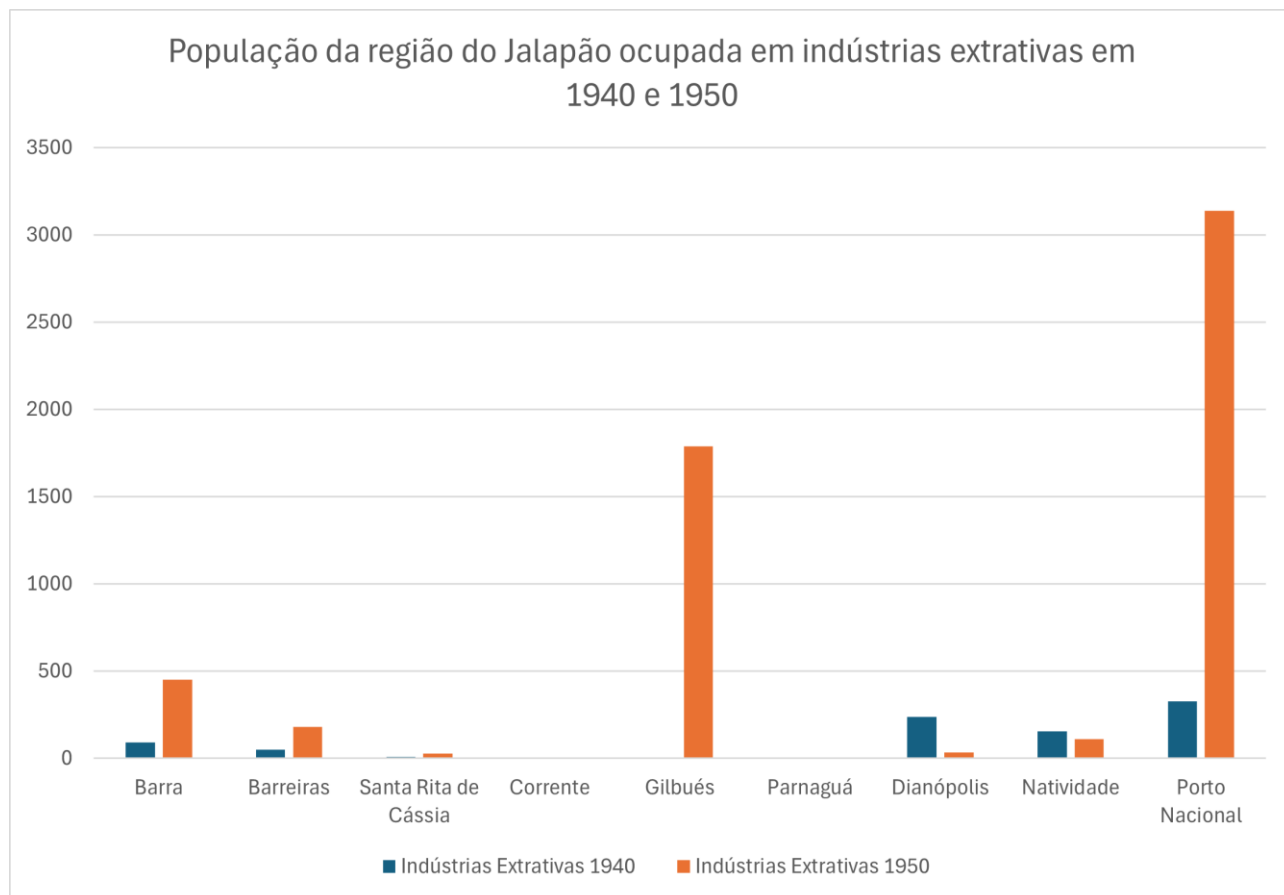


Figura 8 – População ocupada em indústrias extrativas (região do Jalapão, 1940 e 1950). Fonte dos dados: IBGE – Recenseamento Geral de 1940 e Recenseamento Geral de 1950. Organizado pelos autores.

### *Reverendo a hipótese do esvaziamento do Jalapão*

No recenseamento seguinte à expedição, realizado em 1950, poucas mudanças são verificadas na região (ver figura 9). Destaca-se a criação dos distritos de Pium e Cristalândia, a leste de Porto Nacional que, pouco tempo depois, em 1953, seriam elevados a municípios. É também em Porto Nacional que identificamos um dos maiores aumentos populacionais do período, tanto no distrito-sede quanto no conjunto do município.

<sup>16</sup> Outro município que apresentou aumento drástico no quantitativo de população ligado às atividades extrativas foi o município de Gilbués, no Piauí. A partir de 1946, o crescimento da localidade foi impulsionado pelo garimpo de diamantes, atraindo grande fluxo migratório e quase duplicando a população municipal (ver Tabela 1).

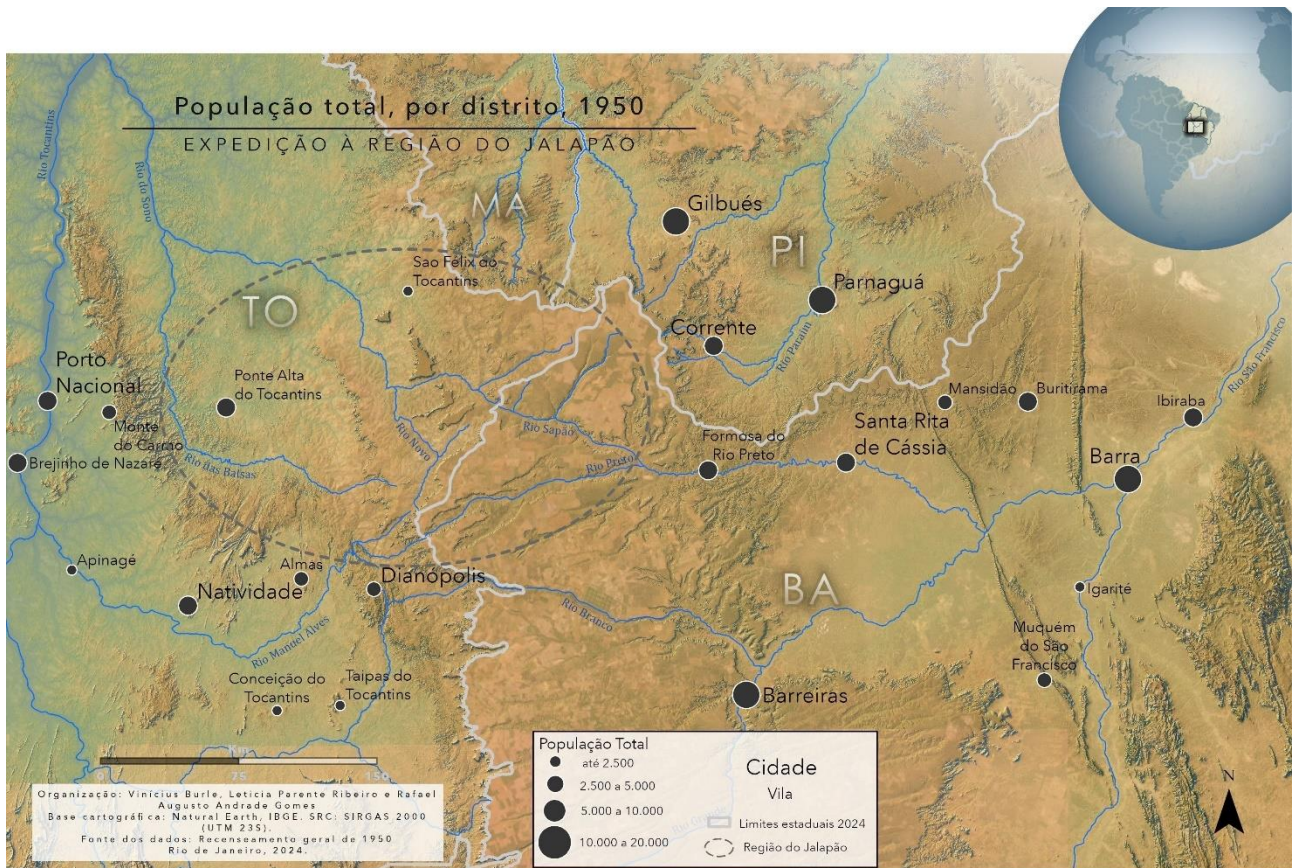


Figura 8 – População total, por distrito (região do Jalapão, 1950). Fonte dos dados: IBGE – Recenseamento geral de 1950. Organizado pelos autores.

Se retornarmos à tabela 1, considerando agora os dados demográficos dos recenseamentos próximos ao momento da expedição (1940 e 1950), observa-se que a grande maioria dos municípios e distritos apresentou um incremento populacional no período. Dos nove municípios aqui considerados, apenas dois registraram queda no total de seu quantitativo demográfico: Barra e Santa Rita de Cássia. Entretanto, em ambos os casos, a população urbana apresentou acréscimo. Adicionalmente, apenas três dos dezenove distritos testemunharam um decréscimo populacional (Igarité, Apinagé e Conceição do Tocantins).

Isso pode indicar que o “esvaziamento” identificado por Pedro Geiger talvez decorra da própria reorganização da malha político-administrativa no período considerado. Como vimos, o censo de 1920 registrou expressivos (para os padrões regionais) 5.166 habitantes no distrito de Jalapão, cuja sede estava localizada, segundo a cartografia da época, nas proximidades da atual cidade de Mateiros. No recenseamento de 1940, após a extinção do referido distrito, as localidades próximas, São Félix e Pedra do Amolar, não chegam a somar dois mil habitantes. O distrito de Ponte Alta, por sua vez, apresentou um crescimento populacional de mais de 50% entre 1940 e 1950, sobretudo da população rural. Tal fato sugere que, desde 1920, o Jalapão *de baixo* tenha testemunhado uma progressiva apropriação das terras devolutas, processo que ainda não havia atingido a subregião do Jalapão *de cima*, em particular sua porção goiana, quando a expedição foi realizada.



Já na porção baiana, observa-se um incremento das funções urbanas, em particular aquelas relacionadas à circulação. A figura 10, com dados agregados por município, atesta que o quantitativo de pessoas ocupadas em atividades de transportes e comunicação era, em 1950, substancialmente maior em Barra, Barreiras e Santa de Rita Cássia do que em outras cidades da região. Além disso, segundo o censo de 1950, a população urbana de Barreiras já era superior à de Barra, e mais de três vezes maior do que a de Santa Rita.

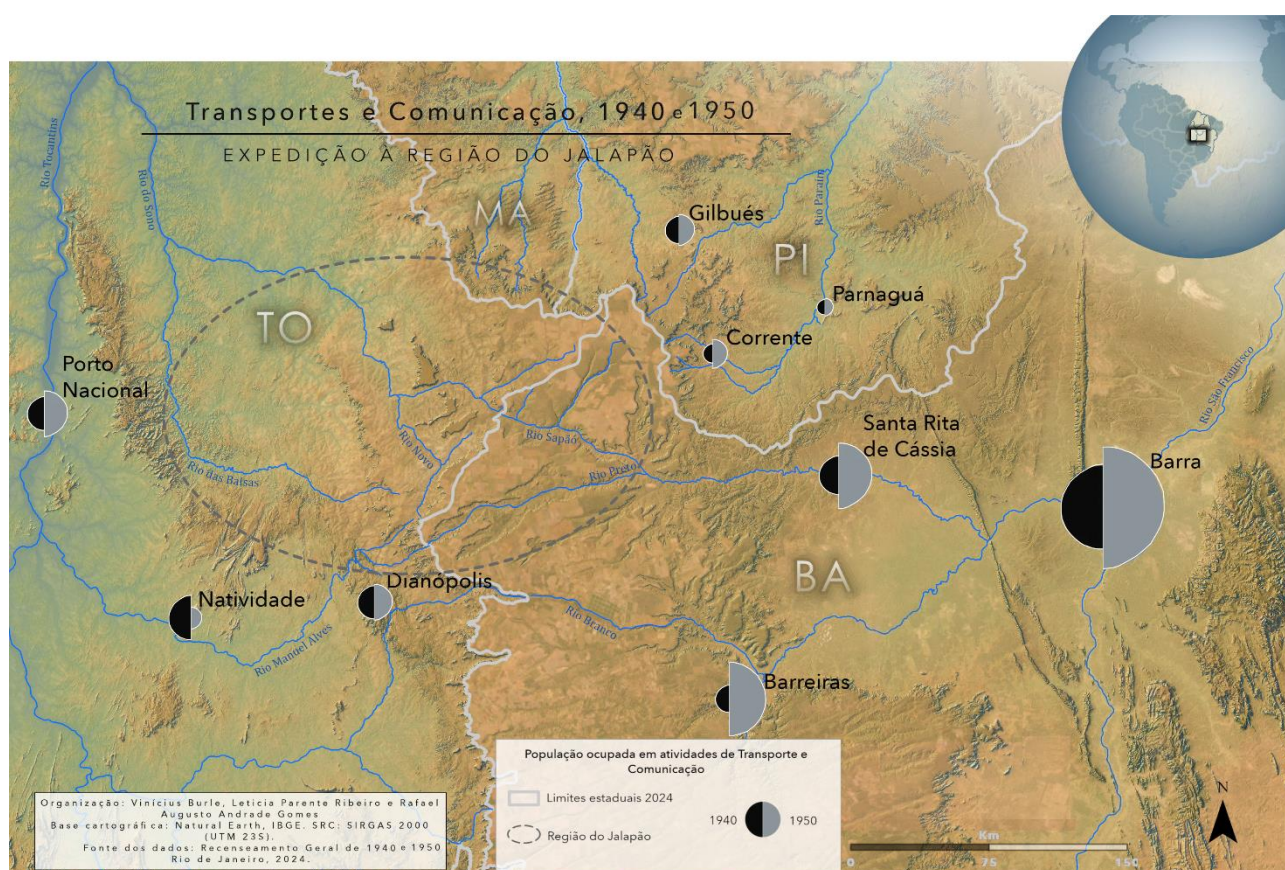


Figura 10 – Transporte e comunicação (região do Jalapão, 1950). Fonte dos dados: IBGE – Recenseamento Geral de 1950. Organizado pelos autores.

Trata-se, portanto, de um indicador de consolidação, entre 1940 e 1950, da “captura” da economia regional pela “rota dos baianos” e, em especial, pelo eixo Barreiras-Barra, em detrimento do vale do rio Preto. Tal fato se alinha com a tendência já registrada no relato de viagem de Júlio Paternostro ao Tocantins e sugere que as interrupções da navegação comercial no vale do rio Preto, durante “esforço de guerra”, podem ter contribuído para a declínio da importância desse eixo nos anos subsequentes, em particular no escoamento da produção do norte goiano.

Com auxílio do esquema apresentado na figura 11, é possível observar uma hierarquização das sedes distritais (a partir do tamanho da população urbana) e um adensamento desigual do meio-técnico-científico (SANTOS, 1996) na escala regional. De fato, em 1950, a subregião do Jalapão *de cima* – que engloba os altos cursos dos rios do Sono e Preto, entre as localidades de São

Marcelo (Bahia) e São Felix (Goiás) - é marcada por uma forte “desconexão” em relação aos circuitos regionais de produção, tendo em vista, sobretudo, a participação das redes técnicas rodoviária e aeroviária na ativação das novas “frentes” de expansão que mobilizariam o território nacional nas décadas seguintes.

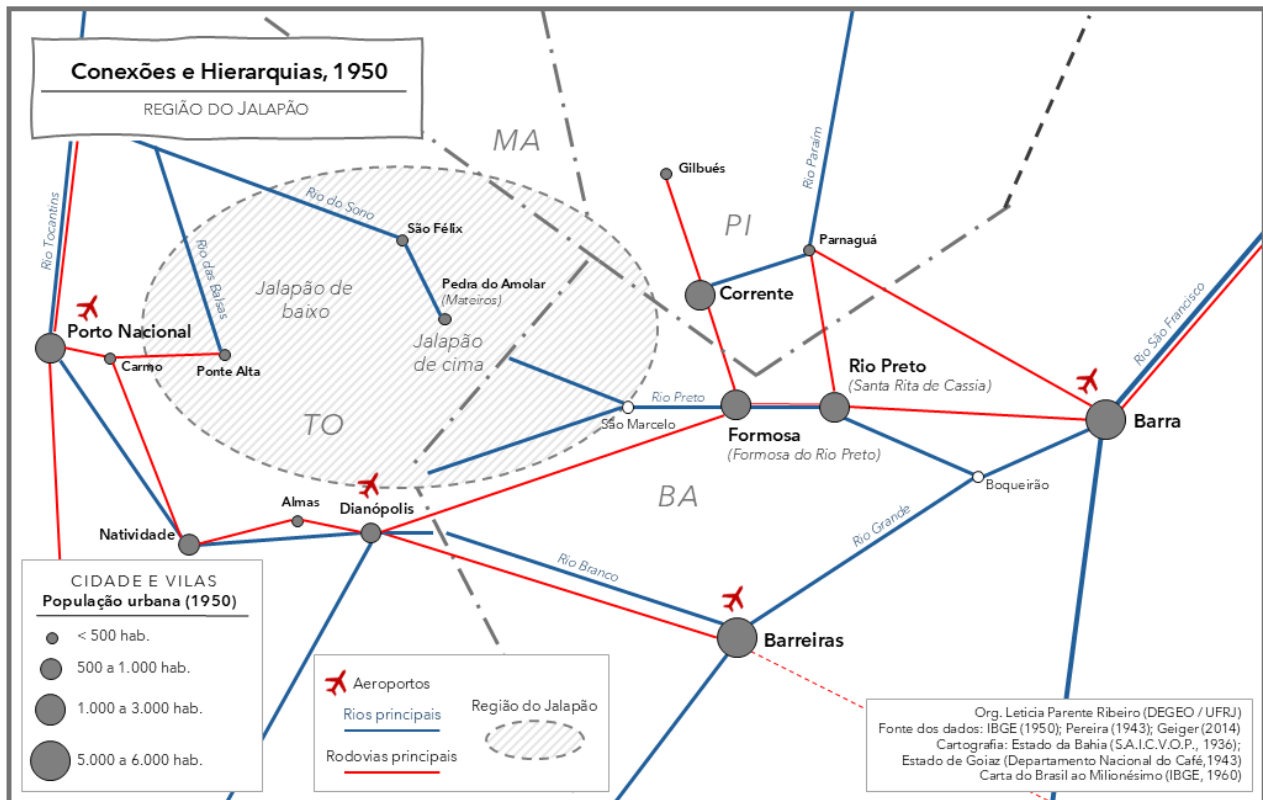


Figura 11 – Conexões e hierarquias (região do Jalapão, 1950). Fonte: Organizado pelos autores.

## Considerações finais

Para nos apropriarmos do experimento de pensamento proposto por Edward Lorenz (2000), a teoria do caos nos sugere que o mero bater de asas de uma borboleta tem a capacidade de influenciar o surgimento de um tufão em outra parte do mundo.<sup>17</sup> Acontecimentos distintos, porém, não isolados. De forma semelhante, a invasão ao território polonês e a ofensiva no leste europeu por parte das tropas nazistas, em 1939, não apenas deu início a uma guerra de proporções nunca vistas, mas teve consequências imprevisíveis em diversas áreas do globo.

Talvez a guerra não tenha deixado rastros eloquentes de sua passagem na região do Jalapão. Não podemos, contudo, subestimar seus efeitos e a extensão de suas redes. Como proposto por Milton Santos (2000), se tomado como fenômeno físico, a passagem do tempo é a mesma para todos e, nessa unicidade do tempo convergem, em um mesmo momento, as vivências de todos os

<sup>17</sup> Metáfora introduzida como uma questão em um encontro da American Association for Advancement of Science em 1972: “Does the Flap of a Butterfly’s Wings in Brazil Set Off a Tornado in Texas?” (LORENZ, 2000).

indivíduos. O mesmo segundo é compartilhado por bilhões de pessoas no mundo. Há, portanto, uma solidariedade do acontecer. Em um só tempo são articulados uma miríade de lugares e, analogamente, todos os lugares convergem nesse mesmo momento (SANTOS, 2000).

A guerra, como acontecimento, mas também como motor da mudança, articula e solidariza diferentes localidades, cria e desfaz conexões, faz convergir as trajetórias de pessoas em situações drasticamente diversas. O mangabeiro extraindo látex e o garimpeiro de cristal estavam tão conectados ao acontecer da guerra quanto um soldado britânico ou um general japonês. E, ainda, por meio de conexões e durações mais profundas e longínquas, solidarizam-se, neste acontecer, os deslocamentos e o extermínio de grupos indígenas dos “sertões do Eldorado” e o intento de cartógrafos de reduzi-los à civilização; os cursos dos rios, o relato do viajante-sanitarista e os sonhos dos baianos; a diligência dos recenseadores e a insubordinação dos lugares e das populações ao desenho das malhas administrativas.

Nesse emaranhado de momentos, parte a “expedição ao Jalapão”. Empreendimento completamente alheio aos habitantes da região, mas fundamental para o avanço da geografia brasileira e das práticas de construção do conhecimento do território nacional. Em seu percurso, os expedicionários são confrontados com o entrecruzamento dinâmico da mobilização desses sertões. Gentes, mercadorias, meios de transporte, todos em suas trajetórias particulares cruzam o caminho da expedição e informam, aos expedicionários, que não são apenas eles que estão sendo guiados pela cinesia do mundo, o território também. Todos se encontram nesse “*agoraqui*”.

---

*Submetido em 13 de outubro de 2024.*

*Aceito para publicação em 17 de janeiro de 2025.*

## Referências

- ABREU, S. F. Fundamentos geográficos da mineração brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 7, n. 1, p. 3-137, 1945.
- APOLINÁRIO, J. R. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: as práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – século XVIII**. 2005. 269f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. 2005.
- BEKKEDAHL, N.; SAFFIOTI, W. **Látex e Borracha de Mangabeira**. Belém: Instituto Agrônomo do Norte, 1948.
- CORREA, R. L. Posição geográfica das cidades. **CIDADES**. v. 1, n. 2, pp. 317-323, 2004.
- DRESCH, J. Memorial to Francis Ruellan (1894-1974). **Memorials – Geological Society of America**, n. 7, 6 p., 1977.
- GEIGER, P.P. Excursão ao Jalapão – Trechos de um relatório inédito. **Terra Brasilis** [online], n.3, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1030>
- HARLEY, J. B. **Silences and Secrecy: The Hidden Agenda of Cartography in Early Modern Europe**. *Imago Mundi*, v. 40, p. 57-76, 1988.
- HOLT, E. G. International Rubber Developments. **World Trade in Commodities**, v. 6, parte 6, n. 4, United States Bureau of Foreign and Domestic Commerce, 1948.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quadragésima oitava tertúlia semanal, realizada a 4 de janeiro de 1944. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, v. 1, n. 12, março, 1944, p. 46-52.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**, v.2 (Sertões Brasileiros). IBGE: Rio de Janeiro: 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**, v.3 (Sertões Brasileiros II). IBGE: Rio de Janeiro: 2016.
- LORENZ, E. The butterfly effect. **World Scientific Series on Nonlinear Science Series A**, v. 39, p. 91-94, 2000.
- MIRANDA, A. A. Pelo Brasil Interior. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Tomo 34, 1934.
- MERON, L. B. Racionamentos e carestia de alimentos na Bahia durante a II Guerra Mundial. **Anais do I Simpósio Nacional de História Militar**. Universidade Estadual de Londrina, 2016.
- MENEZES, I. F. **Natividade e o recenseamento de sua população (1872 e 1920)**. 2022. 67f. Dissertação (Mestrado em História das Populações Amazônicas) - Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, Universidade Federal do Tocantins, 2022.



PATERNOSTRO, J. **Viagem ao Tocantins**. Biblioteca Brasileira, série 5<sup>a</sup>, n. 248. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PEREIRA, G. S. Expedição ao Jalapão. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 5, n.4, p. 573-622, 1943.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Ed. Record, 2000.

SCOTT, J. C. **Seeing like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.

UNITED STATES TARIFF COMMISSION. **United States import duties**. US Government Printing Office, 1950.